



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008605-45.2016.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **Bebidas Poty Ltda.**
 Requerido: **Claudemir Libório**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

BEBIDAS POTY LTDA. ajuizou ação **MONITÓRIA** contra **CLAUDEMIR LIBORIO**, alegando, em resumo, que é credora do acionado da importância de R\$ 7.725,00 (sete mil, setecentos e vinte e cinco reais), representada pelos cheques anexos à exordial. Esgotados os meios para recebimento amigável de seu crédito, optou pela via monitória, pleiteando a condenação do acionado a promover o pagamento, pena de convolação do mandado de pagamento em executivo.

Citada por edital, o acionado apresentou embargos monitórios, representado por Curador Especial, contestando os fatos por negativa geral.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Desnecessária a produção de outras provas (art. 355, I, do Código de Processo Civil).

Regularmente citado por edital, o acionado teve nomeado curador especial, com oportunidade de apresentar sua defesa, de forma que não padece de qualquer vício processual a macular o regular processamento.

O pedido inicial deve ser acolhido, com rejeição dos embargos monitórios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A petição inicial veio instruída com dois cheques, cujo teor ou validade não é objeto de questionamento. O negócio jurídico entre as partes, em resumo, está comprovado e não há qualquer notícia de que a autora não tenha cumprido sua parte na obrigação.

Isso posto **JULGO PROCEDENTE** esta ação **MONITÓRIA** movida pelo **BEBIDAS POTY LTDA.** contra **CLAUDEMIR LIBORIO**, rejeitando os embargos e declarando constituído de pleno direito o título executivo pretendido pela autora, que será acrescido de correção monetária e juros moratórios de 1% mês, até quitação. Sucumbente, responderá a acionada-embargante pelas custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da dívida, atualizado.

P.R.I.

Araraquara, 11 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**